

A SAÚDE COMO CATEGORIA POLÍTICA EMANCIPATÓRIA DIANTE DO TRABALHO ALIENADO

La salud como categoría política emancipadora frente al trabajo enajenado

Health as an emancipatory political category confronting alienated labor

RESUMO:

Este ensaio discute os processos de saúde-doença a partir da teoria social marxista, tomando como referência as contribuições da teoria da alienação do trabalho. Segundo essa perspectiva, apesar de o trabalho ser uma característica fundamental do ser social, as formas historicamente engendradas no modo de produção capitalista produzem efeitos deletérios sobre a vida humana, manifestando-se tanto nas condições materiais de existência da classe trabalhadora quanto nas práticas sociais de saúde. Assim, como parte da luta de classes, os processos de saúde-doença podem também ser compreendidos na qualidade de uma categoria política com vistas à emancipação social. Conclui-se que, no contexto analisado, a mobilização social pela saúde configura-se como um espaço necessário de resistência e construção de alternativas ao modelo hegemônico, capaz de articular demandas concretas da classe trabalhadora em defesa de condições de vida e trabalho que promovam a saúde de forma integral.

Palavras-chave: Alienação do trabalho; Saúde do trabalhador; Marxismo; Determinação social da saúde; Saúde coletiva.

RESUMEN:

Este ensayo aborda los procesos salud-enfermedad desde la teoría social marxista, tomando como referencia los aportes de la teoría de la alienación del trabajo. Según esta perspectiva, a pesar de que el trabajo es una característica fundamental del ser social, las formas históricamente engendradas en el modo de producción capitalista producen efectos nocivos sobre la vida humana, manifestándose tanto en las condiciones materiales de existencia de la clase trabajadora como en las prácticas sociales de salud. Así, como parte de la lucha de clases, el proceso salud-enfermedad puede entenderse también como una categoría política orientada a la emancipación social. Se concluye que, en el contexto analizado, la movilización social por la salud se configura como un espacio necesario de resistencia y construcción de

GUILHERME PAIM MASCARENHAS

<https://orcid.org/0000-0003-0205-2827>
Doutorado em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2023). Bolsista SET-C CNPq (Processo nº 350261/2026-1) no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Manaus/AM. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Manaus/AM, Brasil
E-mail: guipaimm@gmail.com

DANIEL RANGEL CURVO

<https://orcid.org/0000-0003-2380-4581>
Doutorado em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2023). Vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (GEPET/UFRN), Natal/RN. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN, Brasil
E-mail: danielcurvo@gmail.com

JORGE TARCÍSIO DA ROCHA FALCÃO

<https://orcid.org/0000-0002-2798-3727>
Doutorado em Psicologia pela Université de Paris 5 René Descartes (1992). Professor Titular do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, vinculado ao GEPET/UFRN, Natal/RN. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN, Brasil
E-mail: falcao.jorge@gmail.com

DOI: 10.5935/2175-1390.v26e26502



Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença Creative Commons CC BY. Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original.

alternativas al modelo hegemónico, capaz de articular demandas concretas de la clase trabajadora en defensa de condiciones de vida y trabajo que promuevan la salud de forma integral.

Palabras clave: *Alienación del trabajo; Salud del trabajador; Marxismo; Determinantes sociales de la salud; Salud colectiva.*

ABSTRACT:

This essay discusses health-disease processes through the lens of Marxist social theory, drawing on the contributions of the theory of alienation of labor. According to this perspective, although labor is a fundamental characteristic of the social being, the forms historically engendered by the capitalist mode of production produce deleterious effects on human life, manifesting in both the material conditions of the working class and in social health practices. Thus, as part of the class struggle, health-disease processes can also be understood as a political category aimed at social emancipation. The essay concludes that, within the analyzed context, social mobilization for health constitutes a necessary space of resistance and for the construction of alternatives to the hegemonic model, capable of articulating concrete demands of the working class in defense of living and working conditions that promote health in a comprehensive manner.

Keywords: *Alienation of labor; Occupational health; Marxism; Social determinants of health; Collective health.*

INTRODUÇÃO

É a partir do trabalho que os seres humanos atendem suas necessidades, das mais básicas às mais complexas, e no processo de metabolização da natureza, criam-se condições de vida e novas possibilidades sociais (Lukács, 1986/2013; Marx, 1867/2013). No entanto, as formas de mediação social baseadas na exploração da atividade de trabalho produzem contradições que repercutem em toda a coletividade (Mészáros, 1970/2007). Uma das características básicas da alienação do trabalho é a perda de poder de quem trabalha sobre sua própria atividade produtiva. No capitalismo, isto significa o direcionamento de todo o corpo coletivo para a atenção das necessidades de produção de mercadorias e acumulação de capital (Marx, 1867/2013). O peso dessa dinâmica social tende a atingir todas as dimensões da vida humana, o que inclui a conformação histórica dos processos de saúde-doença (Donnangelo, 1979; Laurell, 1982). Nessa direção, a expressão biológica da saúde e da doença no corpo individual pode ser percebida também como um momento da objetivação da dinâmica dos complexos sociais, uma vez que o corpo só existe em interação com as condições materiais historicamente determinadas pelos próprios humanos por meio do trabalho (Lukács, 2013; Souza, 2020).

Diante desse quadro, o presente ensaio teórico tem como objetivo discutir os processos de saúde-doença a partir da teoria da alienação do trabalho de orientação marxiana, destacando o papel das relações sociais de produção no adoecimento humano e salientando o caráter político da luta pela saúde enquanto expressão da luta de classes e espaço de construção coletiva da classe trabalhadora.

As discussões sobre a natureza social dos processos de saúde e adoecimento ocorreram proeminentemente na década de 1960 e se estenderam até o fim do século XX, contexto de ebulição social decorrente da crise econômica do período (Laurell, 1982; Souza, 2016). Por tratar-se de perspectivas críticas que incorporam a totalidade da dinâmica social nas leituras dos fenômenos estudados, parte dessas produções teóricas e práticas está associada às lutas sociais por novas políticas públicas e concepções de saúde que levem em consideração a exploração do trabalho pelo capital (Souza, 2016).

Este estudo apoia-se nas abordagens que compreendem a saúde a partir de sua determinação social e que se aproximam do pensamento marxiano (Souza, 2020). Segundo Diego Souza (2020), a saúde deve ser compreendida não apenas pelo viés biológico, mas como resultado da relação dialética entre fatores biológicos e sociais, especialmente das relações de produção, o que configura seus aspectos individuais e coletivos. Essa abordagem, de natureza ontológica, propõe superar as manifestações meramente fenomênicas da saúde ao considerá-la apenas sob suas dimensões biológica e individual, apoiando-se no aprofundamento do legado marxiano desenvolvido por György Lukács (2013), ainda pouco explorado no campo da saúde coletiva (Almeida-Filho, 2011; Breilh, 2006; Souza, 2016). Para Paulo Fleury-Teixeira (2009), é fundamental abordar a determinação social dos indivíduos, pois a saúde está intrinsecamente ligada às condições gerais de vida das pessoas.

Assim, ao contrário de desconsiderar a dimensão biológica, na abordagem da determinação social da saúde de caráter ontológico esta é compreendida a partir dos atravessamentos da complexidade da vida humana. As expressões da saúde no âmbito coletivo e individual, nesse sentido, dependem das formas de reprodução que engendram e organizam o tecido social. E um dos aspectos fundamentais dessa existência é o trabalho. Essa afirmativa deve ser lida em, ao menos, dois sentidos que serão desenvolvidos adiante a partir de Lukács (2013). O primeiro refere-se ao caráter diferenciador da categoria trabalho em relação às outras espécies de seres orgânicos, isto é, o trabalho como elemento fundante do ser social. O segundo diz respeito às formas históricas das relações de produção que envolvem tal característica essencialmente humana. Ambos os sentidos são primordiais para compreender os processos de saúde e doença como uma dimensão particular das dinâmicas sociais.

Para Karl Marx (1867/2013), o trabalho é a forma humana de metabolizar a natureza. Por meio do trabalho o ser humano efetiva-se no mundo modificando-o conforme suas necessidades. Da mesma maneira, ao transformar a natureza, criam-se condições de vida diferentes e, assim, o ser humano produz a si mesmo (Lukács, 2013; Marx & Engels, 1932/2007). No entanto, em determinados contextos de relações de produção, o trabalho assume a forma de uma força estranha que submete o ser social e o aliena do próprio trabalho enquanto categoria fundante. Diferentemente de seus antecessores, Marx (1932/2015)

aborda a alienação descortinando as bases materiais desse fenômeno, assentadas na exploração do trabalho, de modo que a necessidade de uma nova ordem social não advém de postulados morais abstratos, mas das leis que regem a própria objetividade social e aprofundam suas contradições (Mészáros, 2007).

Nesse modo de produção, os processos de trabalho desenvolvem-se em meio às disputas vitais entre as(os) trabalhadoras(es) e detentoras(es) do capital em suas diversas formas. Assim, os processos de saúde e adoecimento estão ligados à luta de classes, relacionando-se diretamente com ações voltadas à defesa da saúde e à organização das(os) trabalhadoras(es) para promover esses movimentos (Souza et al., 2017).

Partindo desse entendimento sobre a centralidade do conflito de classes e de suas implicações para a saúde coletiva, apresenta-se a seguir a estrutura deste ensaio, desenvolvida em quatro seções. A primeira seção aborda a conceituação do trabalho na perspectiva marxiana e a diferenciação entre trabalho em seu sentido ontológico e sua expressão histórica, incluindo a noção de pores teleológicos e a emergência das diversas práxis sociais, entre elas, a da saúde. Na segunda seção, a discussão foca na práxis da saúde e na relação entre estrutura social e determinações dos fenômenos da saúde-doença. Na terceira seção, aprofunda-se a discussão sobre a alienação do trabalho e seus desdobramentos nas práticas sociais e na saúde. Na quarta parte, expõem-se algumas relações entre a superação da alienação e a ideia de saúde e desenvolvimento humano. Por fim, tecem-se considerações sobre o caráter político da luta pela saúde e sua contribuição para a superação da alienação do trabalho.

A REPRODUÇÃO SOCIAL PELO TRABALHO

Diante dos pressupostos teóricos gerais apresentados na introdução, é possível avançar para o aprofundamento dos fundamentos ontológicos do trabalho, que servirão de base para a discussão subsequente sobre alienação e saúde. Se na introdução foram delineadas as coordenadas gerais da relação entre trabalho, reprodução social e saúde, cabe agora examinar com maior rigor as categorias que sustentam essa articulação, em especial a noção de pôr teleológico e a constituição das diversas práxis sociais a partir do trabalho.

O trabalho, como forma humana de metabolizar a natureza (Marx, 1867/2013), distingue-se das atividades dos demais seres orgânicos por supor finalidade: estar diante do mundo e intencionar sua mudança a fim de sanar carências e necessidades. Como traz a clássica passagem de *O Capital*: “o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera” (Marx, 1867/2013, p. 181). Embora o trabalho também atenda às carências orgânicas humanas, essa atividade criadora inscreve-se em sua “outra natureza”: a social. De modo algum isso significa a anulação de sua dimensão biológica; trata-se, no entanto, da incorporação do orgânico pelo social.

Ao debruçar-se sobre as especificidades constitutivas do ser social, Lukács (2013), baseando-se em Marx, destaca o trabalho como um atributo de transição entre a esfera do biológico e a social, afirmando que todas as outras características do ser humano supõem sua sobrevivência como ser orgânico, a qual só ocorre pela metabolização da natureza. Por isso, todas as demais características humanas supõem a existência da categoria trabalho – embora se trate de uma abstração metodológica e não de uma “sucessão temporal” (p. 44), já que o trabalho humano se desenvolve nas relações sociais, mediado pela linguagem e pela consciência.

Na perspectiva lukacsiana, o trabalho como pôr teleológico traduz a capacidade de organizar e iniciar complexas redes de causalidades do mundo natural. Por exemplo, o tronco de uma árvore contém certas características (durabilidade, resistência, peso) que podem servir a diversos fins: uso em fogueira, produção de lanças, varas de pesca, construção de abrigos. As características do tronco, embora existam independentemente da consciência humana, serão conhecidas e incorporadas ao mundo social de acordo com a finalidade dos grupos ou indivíduos, o que significa o aparecimento de objetividades que antes não estavam dadas pela natureza. O único ser capaz de objetificar¹ a natureza e sua própria atividade é precisamente o ser social.

1 Sobre a questão da relação sujeito-objeto que emerge a partir do trabalho Lukács (1986/2013) afirma que “no espelhamento da realidade como condição para o fim e o meio do trabalho, se realiza uma separação, uma dissociação entre o homem e seu ambiente, um distanciamento que se manifesta claramente na confrontação entre sujeito e objeto” (p. 66).

O trabalho como pôr teleológico supõe, portanto, um ser consciente capaz de iniciar processos reais ao manejar complexas relações da natureza, produzindo suas próprias condições de vida. Quando transforma o ambiente externo, o ser humano também realiza transformações em si mesmo, desenvolvendo capacidades antes adormecidas e aprendendo a controlar as forças da natureza (Marx, 1867/2013). Dessa forma, ao dar novos sentidos à natureza a partir de seus objetivos, ele supera o simples nível biológico, atingindo uma condição autônoma e distinta: torna-se ser social. Assim, o trabalho emerge como instrumento de autoconstrução, permitindo ao indivíduo distanciar-se, ainda que parcialmente, das limitações naturais e alcançar uma nova forma de existência baseada em sua própria ação (Lukács, 2013).

É preciso distinguir, conforme Lukács (2013), os pores teleológicos de primeira ordem, voltados à transformação direta da natureza, dos pores teleológicos de segunda ordem, que se direcionam à consciência e ao comportamento de outros indivíduos. Enquanto os primeiros constituem o trabalho em sentido estrito – a mediação entre sociedade e natureza –, os segundos abrangem as atividades sociais que buscam influenciar as ações de outras pessoas, como é o caso da educação, da política, do direito e, como se argumentará adiante, das práticas de saúde. Embora os pores teleológicos de segunda ordem não se confundam com o trabalho em sentido restrito, mantêm com ele uma relação de dependência ontológica, na medida em que pressupõem a reprodução material da vida social (Lukács, 2013).

Dessa maneira, ao considerar essa articulação entre as diversas formas de pôr teleológico, torna-se evidente como o resultado do processo de trabalho cria novas objetividades que modificam as relações sociais dos agrupamentos humanos, gerando novas condições de vida e estabelecendo novos parâmetros de relação com a natureza. No processo de descoberta das cadeias causais dessas obras humanas, desenvolvem-se outras necessidades que, apesar de conservarem certas características da mediação primária com a natureza, são formas mais complexas de finalidades que possuem a própria atividade humana como objeto (Lukács, 2013). Além disso, como destaca Sérgio Lessa (2016), apesar de o trabalho ser a forma humana de metabolizar a natureza, de fato, só pode realizar-se quando inserido em um complexo social, de modo que o trabalho encontra-se submetido às necessidades sociais “que não mais pertencem diretamente à troca orgânica entre o homem e a natureza” (Lessa, 2016, p. 48).

Assim, a despeito de não haver transposição direta da categoria trabalho para outras modalidades de atividades humanas, para Lukács (2013) “o trabalho se torna o modelo de toda práxis social” (p. 47). Isto tanto no sentido de ser uma forma de pôr teleológico, como no sentido de que as diversas práxis sociais, ainda que de maneira menos direta, remetem-se à necessária reprodução material da vida humana. Esse seria o caso de práxis sociais ligadas à transmissão de conhecimento às gerações mais novas (educação), à produção de conhecimento (como a ciência e a filosofia), às atividades de dimensão espiritual (religião), à ética e à saúde, foco do presente trabalho.

AS PRÁTICAS DE SAÚDE COMO PRÁXIS SOCIAIS

Estabelecidos os fundamentos ontológicos do trabalho e sua relação com as diversas práxis sociais, cabe agora examinar como as práticas de saúde se constituem enquanto práxis particulares no interior da totalidade social. Por essa perspectiva, compreender as práticas de saúde como práxis sociais implica considerá-las atividades que integram a totalidade dinâmica de uma determinada reprodução social (Souza & Mendonça, 2017). Dessa forma, conforme argumenta Souza (2016), cada práxis social específica, ao ser analisada tanto por seus componentes internos (como sujeitos, objetos de atuação e meios auxiliares) quanto por suas influências externas (entre as quais se destaca a determinação fundamental do trabalho), deve ser compreendida como um sistema articulado que integra a totalidade social, a qual é composta por múltiplos sistemas interrelacionados.

Isto posto, vale destacar o caráter ativo e consciente das práxis sociais particulares na relação com seus objetos, que no caso das práticas de saúde são os processos de saúde e adoecimento humanos. Tais objetos, como propõe a abordagem ontológica, existem independentemente da consciência humana, mas é por meio da atividade sobre a realidade que eles ganham forma e representações (Souza, 2016).

Em outras palavras, a apreensão das determinações da saúde e adoecimento parte, sobretudo, da atividade humana sobre esses fenômenos com as possibilidades e limites que cada período histórico e formação social impõe. Não por acaso os conceitos e as práticas de saúde variam conforme o contexto e refletem a conjuntura social, econômica, política e cultural (Scliar, 2007, p. 30). Contudo, não são apenas os conceitos e práticas de saúde que mudam: ao modificar as estruturas da reprodução social, as próprias determinações da vida se transformam. De acordo com Lukács (2013), qualquer transformação estrutural na sociedade decorrente do processo produtivo acabará, inevitavelmente, impactando e modificando todas as formas de expressão da vida humana.

Maria Donnangelo (1979) é uma autora brasileira que enfatiza o papel da estruturação social na determinação dos processos vitais humanos e a dimensionalidade do corpo. Em sua crítica à prática médica no modo de produção capitalista, a autora discorre sobre os parâmetros normativos que determinam o corpo biológico e sua relação com a estrutura social em que a vida humana se efetiva, isto é, “à forma pela qual o homem se relaciona com o meio físico e com os outros homens” (p. 25). No capitalismo, a reprodução social está assentada na exploração do trabalho, logo, é compreensível o motivo pelo qual a autora aponta a centralidade dessa atividade humana para a socialização do corpo: “o corpo é disposto na sociedade antes de tudo como agente do trabalho” (p. 25).

No âmbito das discussões latino-americanas, Asa Laurell (1978) reafirma a natureza social da saúde e destaca a importância da categoria trabalho para os processos vitais humanos, afirmando que, dado “o lugar central que o trabalho ocupa em qualquer sociedade, parece inegável que ele deve ser um conceito-chave em qualquer tentativa estruturada de explicar as origens sociais da doença” (1978, p. 61, tradução nossa). Além disso, segundo a autora, o trabalho no capitalismo se efetiva em meio às disputas de suas classes fundamentais, ou seja, em meio ao conflito pelo controle do trabalho e de todos os elementos que o envolvem. Como desdobramento dessa luta, o que se percebe é a perda constante de autonomia por parte das(os) trabalhadoras(es) não apenas na realização direta do trabalho, mas em todas as dimensões da reprodução social.

Donnangelo (1979) e Laurell (1978) abordam a relação da saúde com o trabalho em sua complexidade social, afastando-se, assim, de análises que se restringem aos ambientes da atividade de trabalho em si. O entrelaçar dos fenômenos de saúde com os processos sociais como um todo é base comum das produções do campo da saúde que lançam mão da teoria social marxiana em suas análises (Nogueira, 2010). De forma alguma esse olhar limita-se às abordagens que se apropriam do legado de Marx de forma direta. A relação entre os processos particulares de saúde e adoecimento e a totalidade da reprodução social está presente também em diversas outras produções teóricas que podem servir ao diálogo.

Um autor que, nesse sentido, traz importantes contribuições para o debate crítico no campo da saúde e parece contribuir para pensarmos a relação desse campo com o trabalho alienado, é o francês Georges Canguilhem. Destacam-se algumas contribuições que parecem úteis à leitura sobre as determinações sociais dos processos de saúde e adoecimento e sua relação com a exploração do trabalho no contexto do modo de produção capitalista.

Para efeito de contextualização, é preciso lembrar que Canguilhem (1966/1995) questiona algumas categorias centrais aceitas até então pelas ciências médicas de sua época. Em suas proposições, a noção de normalidade situa-se na relação que um determinado organismo estabelece com o meio em que vive. Isso significa que não haveria, em princípio, nenhum marcador biológico que pudesse servir de parâmetro para designar o que seria o normal ou o patológico. Ao tratar o orgânico e o social de forma diferenciada, porém, em constante interação, o autor oferece um conceito de saúde situado historicamente, correlacionado às condições de vida objetivas e subjetivas determinadas de um sujeito.

A saúde é compreendida, então, como a força, o sentimento de ser capaz de transformar a si e ao meio em que vive, perante as condições e mudanças que ocorrem tanto em seu meio como nele próprio. Para o autor, sentir-se em boa saúde significa sentir-se mais do que normal, ou seja, “não apenas adaptado ao meio e às suas exigências, mas, também normativo, capaz de seguir novas normas de vida” (Canguilhem, 1966/1995, p. 161).

Essa força normativa é uma capacidade para agir diferente, estar no mundo de outra forma e, ao mesmo tempo, imprimir no mundo uma outra forma de viver. A saúde, para Canguilhem (1966/1995, p. 163), “é uma maneira de abordar a existência com uma sensação não apenas de possuidor ou portador mas também, se necessário, de criador de valor, de instaurador de normas vitais”. Esse sentimento de poder fazer diferente, de estar apropriado dos meios para transformar a si e seu entorno, caracteriza essa noção de saúde.

Se à saúde corresponde a força normativa do sujeito, a doença é caracterizada por uma postura oposta, referindo-se a uma diminuição da ação do sujeito sobre seu meio e sobre si. A noção de doença-patologia não é variação-anormalidade fisiológica, mas se refere ao sofrimento decorrente da incapacidade de lidar com as mudanças no próprio corpo e no meio em que vive. Ou, como bem define o autor: “Patológico implica em páthos, sentimento direto e concreto de sofrimento e de impotência, sentimento de vida contrariada” (Canguilhem, 1966/1995, p. 106).

O desenvolvimento desse conceito de saúde fica ainda mais interessante para pensar a alienação, quando se compreende que a sociedade, segundo o autor, “é, ao mesmo tempo, máquina e organismo” (Canguilhem, 1966/1995, p. 224). Ou seja, sem descartar as particularidades e interferências do natural orgânico, Canguilhem sustenta simultaneamente, em interação, as peculiaridades próprias do fruto e das condições do trabalho humano. Com efeito, diferente do organismo que possui intrínseco mecanismos de regulação, a sociedade deve construir seus próprios mecanismos, órgãos de regulamentação. Assim, na sociedade não há leis e finalidades intrínsecas, mas sim construídas historicamente.

Desse modo, se a saúde é essa forma normativa, o normal e o patológico se dão sempre em relação ao meio no qual o sujeito se insere, em relação às exigências de determinado meio frente às condições de determinado organismo. O que pode ser normal em determinadas sociedades pode ser considerado anormal e patológico em outras. Para Canguilhem, essa variedade das condições do meio que marcam a saúde, o normal, o anormal e o patológico incluem o acesso que o indivíduo tem aos produtos socialmente produzidos. O próprio humano não pode ser pensado restrito ao seu corpo orgânico, mas constituído também por tudo que a humanidade construiu historicamente. Por isso é possível pensar os meios técnicos, os instrumentos de trabalho como prolongamentos do corpo humano, de modo que é “além do corpo que é preciso olhar, para julgar o que é normal ou patológico para esse mesmo corpo” (Canguilhem, 1966/1995, p. 162).

Canguilhem aponta ainda para as particularidades da relação que os seres humanos estabelecem com o meio em que vivem, observando que:

Ora, desde que a humanidade ampliou tecnicamente seus meios de locomoção, saber que certas atividades nos são vedadas faz com que nos sintamos anormais, pois essas atividades se tornaram, para a espécie humana, ao mesmo tempo uma necessidade e um ideal. Portanto, só se compreende bem que nos meios próprios do homem, o mesmo homem seja, em momentos diferentes, normal ou anormal, tendo os mesmos órgãos, se compreendermos como a vitalidade orgânica se desenvolve em plasticidade técnica e em ânsia de dominar o meio. (Canguilhem, 1966/1995, p. 162)

Apesar de Canguilhem não tratar nesses termos, o surgimento de novas necessidades e ideais com a ampliação dos meios tecnológicos e o desenvolvimento da vitalidade orgânica em plasticidade técnica para dominar o meio, remete ao processo de práxis, no qual se constrói o mundo social por meio do trabalho – em seu sentido ontológico. Nota-se, então, nessa passagem, o aspecto social da relação humana que cria novas condições de vida e, portanto, novas determinações sobre o ser e sobre o que seria normal ou não, sobre as possibilidades de recriar seu meio para viver.

Como se discutiu, a reprodução social assenta-se, incontornavelmente, no trabalho, apesar de não estar reduzida a isto. E a saúde, por sua vez, assenta-se nas particularidades dessa reprodução social. Logo, compreender os modos concretos e determinados, historicamente estabelecidos, do trabalho dentro da vida social é fundamental para apreender os processos de saúde-doença nessa sociedade. Esse ponto torna-se ainda mais relevante ao se considerar a realidade contemporânea, alienada, que confronta e violenta a classe trabalhadora em sentido ampliado, diminuindo sua saúde, sua força de ser normativo, de recriar seu meio para viver melhor.

A ALIENAÇÃO DO TRABALHO

Uma vez compreendidos os fundamentos ontológicos do trabalho e a constituição das práticas de saúde como práxis sociais articuladas à totalidade da reprodução social, é possível avançar para a análise da alienação do trabalho e seus desdobramentos sobre os processos de saúde-doença.

Inicialmente, é importante considerar que a constante defrontação das(os) trabalhadoras(es) com um certo tipo de trabalho foi compreendida por Marx como alienação do trabalho. Segundo Lukács (2013), esse fenômeno surge com a exploração do humano pelo próprio humano e, portanto, é fundamental também para a reprodução do capital. Nas palavras do autor: “Em certo sentido, poderíamos dizer que toda a história da humanidade a partir de certa altura da divisão do trabalho (provavelmente já daquela praticada na escravidão) já é também a história do estranhamento humano” (Lukács, 2013, p. 586)². Por esse motivo, faz-se necessário compreender o que é a alienação do trabalho, seus desdobramentos para o ser social e sua relação com a dimensão da saúde, uma vez que a saúde representa uma expressão particular das contradições geradas pela forma como o ser humano, por meio do trabalho, constrói e transforma o mundo (Souza, 2020).

Em seu caráter universal, tendo o trabalho como mediação entre a sociedade e a natureza, o ser humano objetiva-se nos produtos desse mesmo trabalho. Esse processo de objetificação, intrínseco ao ato laborativo, é também mediado pelas condições históricas de sua existência – sua dimensão particular. Mészáros (1970/2007) destaca que a teoria marxiana da alienação critica justamente essa segunda espécie de mediação desenvolvida no contexto do capital: a “objetivação sob condições em que o trabalho se torna exterior ao homem” (Mészáros, 1970/2007, p. 146), em que a “ação do homem torna-se um poder que lhe é estranho e que a ele é contraposto” (Marx & Engels, 1932/2007, p. 37).

Uma das grandes contribuições de Marx para a compreensão do fenômeno do estranhamento foi colocá-lo sob as bases materiais da reprodução social que o germina. Assim, ao analisar a sociedade capitalista de sua época, Marx encontra na propriedade privada dos meios essenciais de reprodução social um dos elementos que constituem a alienação do trabalho. Apesar de a propriedade privada ter história pregressa ao capitalismo, nesse modo de produção, a forma de mediação das relações de produção ganha contornos específicos (Mészáros, 1970/2007). Além disso, Lukács observa “que o estranhamento possui sempre um caráter histórico-social, que ele é desencadeado de maneira nova em cada formação, em cada período, pelas forças sociais realmente atuantes” (2013, p. 605).

De modo geral, a separação entre as pessoas que vivem de seu próprio trabalho e os meios para desenvolvê-lo é uma condição necessária à exploração da força de trabalho e à reprodução do capital. A natureza dessa relação social que medeia o trabalho humano está presente desde a origem do capitalismo. Marx (1867/2013) expõe a dinâmica violenta da chamada acumulação primitiva de capital, apontando para o caráter secreto que envolve o nascimento do capitalismo e as fantasias criadas para justificar sua origem. Para o autor:

desse pecado original datam a pobreza da grande massa, que ainda hoje, apesar de todo seu trabalho, continua a não possuir nada para vender a não ser a si mesma, e a riqueza dos poucos, que cresce continuamente, embora há muito tenham deixado de trabalhar. (Marx, 1867/2013, p. 524)

Assim, cindida essencialmente entre os que possuem e os que não possuem os meios de produção, a totalidade da reprodução social gira em torno da acumulação capitalista e da apropriação privada do trabalho por sua classe representante, a burguesia. Os estranhamentos frutos da alienação do trabalho residem exatamente nessas condições que tornam a atividade criadora humana (o trabalho) apenas um

2 Cabe registrar que Lukács (1986/2013) desenvolve uma diferenciação entre alienação (*Entäusserung*) e estranhamento (*Entfremdung*), sendo o primeiro referente ao processo de objetivação inerente ao trabalho e o segundo aos efeitos negativos produzidos sob determinadas relações de produção. Embora essa distinção seja teoricamente relevante, o presente texto não se propõe a aprofundá-la, utilizando os termos de maneira articulada conforme o uso consagrado na tradição marxiana, em que a alienação do trabalho abrange também seus efeitos de estranhamento.

meio de vida; um objeto externo à(ao) trabalhadora(or) que ganha vida própria e o confronto de maneira hostil (Mészáros, 1970/2007). Dessa maneira, por mais que as forças produtivas sejam desenvolvidas no sistema capitalista, a elevação do domínio humano sobre a natureza não é traduzida em mais liberdade.

Segundo Mészáros (1970/2007, p. 142), em sua análise sobre o aspecto político da teoria da alienação de Marx, a liberdade humana está condicionada pelas formas históricas de relações de propriedade dos meios de vida que se desdobram em três sentidos associados entre si: “na relação do ser humano com a natureza, com os ‘outros seres humanos’ e ‘consigo mesmo’ “. Para Marx, conforme a leitura do autor, o regime de propriedade privada do capital não contribui para a liberdade humana em nenhuma dessas esferas do ser social. Ao contrário, para a grande parcela da humanidade, o trabalho torna-se apenas um meio de sobrevivência e não uma forma de realização e ampliação da vida. Como coloca Marx em um dos trechos clássicos dos *Manuscritos Econômicos-Filosóficos*: “O trabalhador só se sente, por conseguinte e em primeiro lugar, junto a si [quando] fora do trabalho e fora de si [quando] no trabalho” (Marx, 1932/2015, p. 83).

A alienação possui quatro dimensões básicas que se expressam de diversas formas na complexidade da realidade social: a alienação da natureza, de si mesmo, de seu ser genérico e dos outros seres humanos. As duas primeiras dimensões³ compreendem, respectivamente, o estranhamento em relação ao produto do trabalho e o estranhamento da própria atividade. O primeiro refere-se ao resultado da metabolização da natureza enquanto mundo sensível exterior que faz parte da atividade humana. O segundo, ou seja, alienar-se do ato de trabalho, significa uma forma de objetificação do ser social apartada de sua autoafirmação – uma atividade que aparece como algo externo às suas necessidades e desejos (Mészáros, 1970/2007).

Nos *Manuscritos Econômicos-Filosóficos*, Marx (1932/2015) esclarece o significado de ser genérico do humano, a terceira dimensão da alienação. Para o autor, “O animal é imediatamente um com a sua atividade vital. Não se distingue dela. É ela. O homem faz da sua atividade vital mesma um objeto da sua vontade e da sua consciência” (p. 84). No entanto, a objetivação do trabalho sob condições de apropriação privada produz estranhamentos em relação à generalidade do ser social. Sua universalidade, que “faz da natureza inteira seu corpo inorgânico” (p. 84), torna-se apenas um meio de vida quando a objetivação da vida genérica efetivada pelo trabalho é alienada. Uma das consequências é o estranhamento do ser humano em relação aos outros, a quarta dimensão do conceito de alienação.

Do ponto de vista da relação do ser humano com outros da mesma espécie, nota-se que o resultado do processo de alienação como um todo conforma também as interações sociais, uma vez que, como traz Marx: “Se sua atividade lhe é martírio, então ela tem de ser fruição para um outro e alegria de viver para um outro” (1932/2015, p. 86). O atravessamento de um outro sujeito na relação de um indivíduo consigo mesmo em sua atividade e com o produto de seu trabalho cria condições para o surgimento de indivíduos atomizados, isto é, que não se reconhecem como parte do conjunto social.

Como se pode notar, os quatro aspectos principais da alienação estão interligados e possuem uma mesma origem: o trabalho alienado (Mészáros, 1970/2007) – uma forma historicamente determinada de metabolização da natureza que se desdobra em formas também específicas de organização social e de consciência (Marx & Engels, 1932/2007). Sob as mediações de segunda ordem do capital, o trabalho enquanto categoria fundante do ser social torna-se apenas um meio de vida para classe trabalhadora e uma fonte de acumulação de riqueza para a classe que detém os meios necessários à reprodução social (Mészáros, 1970/2007).

Um erro comum de interpretação da teoria da alienação de Marx é associar o rompimento do trabalho alienado com transformações restritas ao plano das ideias ou com uma espécie de retorno a um período histórico em que o trabalho coincidia com a natureza humana. Mészáros, no entanto, afirma que “a chave para o entendimento da teoria da alienação de Marx é seu conceito de superação (*Aufhebung*), e não o inverso” (1970/2007, p. 25). O termo *Aufhebung*, introduzido por Hegel e apropriado por Marx de maneira particular, carrega consigo múltiplos significados – transcendência, supressão, preservação

3 Mészáros (1970/2007) destaca a denominação de Marx utilizada na obra *Manuscritos Econômicos-Filosóficos* para os dois aspectos da alienação citados acima, a saber: estranhamento da coisa e auto-estranhamento

e superação pela elevação a um nível superior (Mészáros, 1970/2007). Trata-se de uma superação que implica simultaneamente conservação e mudança: algo do anterior se mantém, porém de forma transformada, e algo novo surge também. No contexto da teoria da alienação, isso significa que a superação positiva da autoalienação do trabalho não implica uma negação abstrata do existente, mas a transformação das relações sociais que o produzem, conservando as conquistas civilizatórias do desenvolvimento humano em uma forma qualitativamente nova de organização social. O termo autoalienação, por sua vez, sinaliza que o fenômeno da alienação do trabalho é um produto humano – o resultado de relações sociais historicamente determinadas (Mészáros, 1970/2007).

Assim, o diagnóstico do trabalho alienado, suas determinações e expressões, são úteis na medida em que alimentam projetos de transformação social. Para Marx, a única forma de eliminar os efeitos deletérios do trabalho alienado é superando as relações sociais que o produzem, e a única classe capaz disso é a classe que representa a totalidade do corpo social: a classe trabalhadora.

A SAÚDE E A SUPERAÇÃO DO TRABALHO ALIENADO

A partir dos elementos teóricos desenvolvidos nas seções anteriores (os fundamentos ontológicos do trabalho, a constituição das práticas de saúde como práxis sociais e a dinâmica da alienação), é possível agora examinar as implicações dessa articulação para a compreensão da saúde como categoria política emancipatória.

Por essa linha analítica, se, como foi argumentado, os fenômenos de saúde e de adoecimento humano são expressões da totalidade social (isso inclui o modo de (re)produção, bem como os aspectos históricos e culturais de uma determinada formação social), que tipo de manifestações vitais podem resultar de uma dinâmica baseada na exploração mercantil do trabalho? Segundo Lukács (2013), as expressões dos estranhamentos produzidos pela alienação do trabalho dependem, em última instância, dos modos de vida de cada formação social e seu contexto histórico, o que supõe especificidades culturais e econômicas.

A análise aqui empreendida buscou apresentar a consubstanciação das tendências gerais da alienação do trabalho nos processos de saúde e adoecimentos a partir da perspectiva de sua determinação social, que leva em consideração a totalidade da dinâmica coletiva e de sua estruturação na produção desses fenômenos. Por esse caminho, fica evidente que não se trata de uma discussão que estaciona no nível individual ou subjetivo desse processo social. O foco da análise é o caráter concreto dos estranhamentos derivados da alienação do trabalho e seus efeitos deletérios à saúde humana.

As manifestações desses efeitos são múltiplas e historicamente situadas. No capitalismo contemporâneo, a intensificação dos ritmos de trabalho, a precarização dos vínculos laborais, a extensão das jornadas, a pressão por metas e produtividade, bem como a exposição a ambientes insalubres e a substâncias nocivas, configuram exemplos concretos de como a alienação do trabalho se traduz em adoecimento. O aumento expressivo dos transtornos mentais relacionados ao trabalho, como depressão, ansiedade e síndrome de burnout, os acidentes e lesões ocupacionais, os agravos musculoesqueléticos decorrentes de movimentos repetitivos e as doenças respiratórias associadas a condições ambientais degradadas são algumas das expressões mais visíveis dessa relação (Antunes & Praun, 2015; Franco et al., 2010; Lacaz, 2007). Além disso, a mercantilização do sistema de saúde e a fragmentação das práticas de cuidado operam como desdobramentos da mesma lógica alienante, na medida em que subordinam as necessidades humanas à dinâmica da acumulação de capital.

A partir das discussões realizadas, é possível verificar que a afirmação da saúde é incompatível com a alienação do trabalho, visto que esse processo aparta as(os) trabalhadoras(es) de sua atividade. Uma vez exteriorizado, o trabalho aparece de maneira hostil à classe que vive do próprio trabalho e essa perda de controle compromete todas as dimensões da vida coletiva no que diz respeito à sua capacidade de autodeterminação. O fim único do trabalho passa a ser a produção de mercadorias, e nesse processo “O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral” (Marx, 1932/2015, p. 80).

Os fenômenos de saúde e doença, portanto, tornam-se frutos dessa ordem social que mercantiliza as relações humanas. Sob o domínio do capital, as determinações dos processos de saúde e doença são ocultadas e, dessa maneira, passam a ser naturalizadas como eventos do plano individual e biológico. O corpo social é fragmentado, afastando as possibilidades de uma ação consciente fundamentada na concretude dos fenômenos vitais humanos (Passos & Gomes, 2012). Pela perspectiva de Canguilhem (1966/1995), guardadas as devidas diferenças ontoepistemológicas, os efeitos da alienação do trabalho aparecem como uma restrição, para a maior parcela da coletividade, das capacidades de normatividade humana mesmo diante da crescente produção de conhecimento e tecnologias à serviço da saúde; são “sujeitos inferiorizados, cuja saúde é a menos que o possível de seu tempo” (Mascaro, 2020, p. 10).

Nesse sentido, a restrição da normatividade imposta pela alienação do trabalho não se limita à dimensão individual do adoecimento: ela configura um problema coletivo e político, na medida em que a incapacidade de instaurar novas normas de vida é produzida pelas próprias relações sociais de produção. Se a saúde, conforme Canguilhem (1966/1995), exige a capacidade de ser normativo, de criar e transformar as condições do meio em que se vive, então a luta pela saúde não pode dissociar-se da luta pela transformação das relações sociais que restringem essa capacidade. É nesse ponto que se articulam a perspectiva da normatividade canguilhemiana e a teoria marxiana da alienação: ambas convergem para a compreensão de que a afirmação da saúde requer condições materiais e sociais que permitam ao ser humano exercer sua capacidade transformadora.

Assim, a luta pela saúde, em última análise, caminha no mesmo sentido que as lutas pela superação da alienação do trabalho no contexto do capital. Ainda que represente uma dimensão da vida humana, essa categoria também possui um caráter político, uma vez que está circunscrita à luta de classes; uma luta pela afirmação da vida, pela capacidade de autodeterminação social que só pode ser alcançada plenamente pela superação da exploração do trabalho. A compreensão da dimensão política da práxis de saúde está assentada na perspectiva de Marx a partir da leitura de sua teoria da alienação por Mészáros (1970/2007, p. 119), para quem “a política poderia ser definida como a mediação (e, com suas instituições, como um meio dessa mediação) entre o estado presente e o estado futuro da sociedade”.

Como mediação, no contexto das discussões marxianas sobre alienação, as atividades políticas servem como ponte para sociabilidades livres da exploração do trabalho, ou seja, “a alienação da atividade produtiva só pode ser superada definitivamente na esfera da produção”, ao passo que “a ação política só pode criar as condições gerais” (Mészáros, 1970/2007, p. 120). Por essa perspectiva, ainda que não seja possível superar a ordem do capital na luta pela saúde, afinal, não há como pressupor que a “parcialidade realize a universalidade da transcendência positiva” (Mészáros, 1970/2007, p. 148), as ações políticas diante das contradições do capital expressas nos fenômenos vitais humanos servem como mediação da luta de classes. Assim, mesmo com seus limites, a luta pela saúde tem papel estratégico na transformação social.

A experiência histórica do movimento da saúde coletiva latino-americana oferece um exemplo concreto dessa articulação entre luta pela saúde e projeto de transformação social. Surgido nas décadas de 1960 e 1970, em conjuntura de ascensão das lutas de classe e da força da classe trabalhadora em diversos países da região, esse movimento constituiu uma concepção de práxis em saúde articulada a outro projeto de sociedade (Breilh, 2006; Laurell, 1982). No Brasil, o Movimento da Reforma Sanitária, que culminou na criação do Sistema Único de Saúde (SUS), é expressão dessa convergência entre a luta pela saúde e a luta por transformações sociais mais amplas, na qual a defesa da saúde como direito universal articulou-se à mobilização popular e sindical contra as condições de exploração e adoecimento impostas pela dinâmica capitalista (Fleury, 2009; Paim, 2008). Essas experiências históricas reforçam a tese de que a luta pela saúde, quando ancorada em uma compreensão crítica das relações sociais de produção, possui potencial estratégico para a construção de alternativas emancipatórias.

Esse processo, no entanto, exige ação consciente da classe trabalhadora em seu sentido ampliado, considerando tanto os diferentes tipos de demandas relacionadas à saúde, como o envolvimento das(os) profissionais que efetuam o cuidado. Para isso é preciso conhecer sua própria anatomia; desenvolver uma consciência de classe para agir “como sujeito da transformação social” (Mattos, 2019, p. 213). Desse modo,

as doenças do capital apresentam em seus sintomas as saídas para sua superação. Assim, para alcançar estados superiores de autodeterminação do corpo social é necessário desvelar as estruturas de exploração, escutando os “órgãos” silenciados pela alienação do trabalho, etiologia primordial do adoecimento do capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se retomar a expressão de Ricardo Antunes e Luci Praun (2015) de que vivemos em uma sociedade do adoecimento no trabalho para destacar apenas um dos aspectos sintomáticos de uma organização social regida pela lógica capitalista. Pela perspectiva da alienação marxiana, encontram-se diversos elementos que indicam ser a atual organização social do trabalho uma forma geral de sofrimento e adoecimento, de enfraquecimento da saúde, da força normativa, transformadora das(os) trabalhadoras(es). Então, se é a partir do trabalho que a humanidade constrói sua natureza social e aquela(e) que trabalha vem construindo uma ordem social que a(o) violenta, que a(o) adoecce, encontra-se nesse sintoma uma contradição.

Assim, se for possível observar no agravamento das contradições capitalistas um processo de diminuição geral da saúde e aumento do adoecimento geral na sociedade, é necessário desvelar sua etiologia. Para tanto, para escutar os “órgãos”, sintomas individuais e sociais que expressam suas contradições (e que, por isto mesmo, não podem ser silenciados, apenas cifrados), mostra-se necessário passar pela centralidade e pelo aprofundamento do trabalho alienado e seus frutos reificados e reificantes na sociedade contemporânea.

Pensar a saúde como categoria política emancipatória diante do trabalho alienado, desenvolver ainda mais as implicações teóricas dessa proposição, constitui um caminho para contribuir com o debate e a politização das ciências da saúde, da saúde do(a) trabalhador(a), da epidemiologia, entre outros campos. Apesar de as ideias desse texto não serem exatamente novas, acredita-se que as articulações desenvolvidas podem colaborar com novas sínteses, bem como divulgar essa compreensão mais ampla e politizada do conceito de saúde em diálogo com a teoria da alienação.

REFERÊNCIAS

- Almeida-Filho, Naomar** (2011). *O que é saúde?* Fiocruz.
- Antunes, Ricardo & Praun, Luci** (2015). A sociedade dos adoecimentos no trabalho. *Serviço Social & Sociedade*, 123, 407-427. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.030>
- Breilh, Jaime** (2006). *Epidemiologia crítica: ciência emancipadora e interculturalidade*. Fiocruz.
- Canguilhem, Georges** (1995). *O Normal e o Patológico*. Editora Forense Universitária. (Original publicado em 1966)
- Donnangelo, Maria Cecília Ferro** (1979). Medicina e estrutura social. In Maria Cecília Ferro, M. C. F. Donnangelo, & Luiz Pereira (Orgs.), *Saúde e sociedade* (pp. 11-97). Livraria Duas Cidades.
- Fleury-Teixeira, Paulo** (2009). Uma introdução conceitual à determinação social da saúde. *Saúde em Debate*, 33(83), 380-389.
- Fleury, Sonia** (2009). Reforma sanitária brasileira: dilemas entre o instituinte e o instituído. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14(3), 743-752. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232009000300010>
- Franco, Tânia, Druck, Graça, & Seligmann-Silva, Edith** (2010). As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 35(122), 229-248. <https://doi.org/10.1590/S0303-76572010000200006>
- Lacaz, Francisco Antônio de Castro** (2007). O campo Saúde do Trabalhador: resgatando conhecimentos e práticas sobre as relações trabalho-saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, 23(4), 757-766. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2007000400003>
- Laurell, Asa Cristina** (1978). Proceso de trabajo y salud. *Cuadernos Políticos*, 17, 59-79.
- Laurell, Asa Cristina** (1982). A saúde-doença como processo social. *Revista Latinoamericana de Salud*, 2, 7-25.
- Lessa, Sérgio** (2016). *Para compreender a ontologia de Lukács*. Coletivo Veredas.
- Lukács, György** (1986/2013). *Para uma ontologia do ser social II*. Boitempo. (Original publicado em 1986)
- Marx, Karl** (1867/2013). *O capital: Crítica da economia política*. Boitempo. (Original publicado em 1867)
- Marx, Karl** (1932/2015). *Manuscritos econômico-filosóficos*. Boitempo. (Original publicado em 1932)
- Marx, Karl & Engels, Friedrich** (1932/2007). *A ideologia alemã*. Boitempo. (Original publicado em 1932)
- Mascaro, Alysson Leandro Barbate** (2020). Subjetividade da saúde, subjetividade política. *Revista de Direitos Humanos e Desenvolvimento Social*, 1, 1-14. <https://doi.org/10.24220/2675-9160v1e2020a5156>
- Mattos, Marcelo Badaró** (2019). *A classe trabalhadora: De Marx ao nosso tempo*. Boitempo.
- Mészáros, István** (1970/2007). *A teoria da alienação em Marx*. Boitempo. (Original publicado em 1970)
- Nogueira, Roberto Passos** (2010). Repensando a determinação social da saúde. In *Determinação social da saúde e reforma sanitária* (pp. 7-12). CEBES.
- Paim, Jairnilson Silva** (2008). *Reforma sanitária brasileira: Contribuição para a compreensão e crítica*. EDUFBA/Fiocruz.
- Passos, Rachel Niskier, & Gomes, Rogério Miranda** (2012). *Capitalismo e Saúde*. CEBES.

Scliar, Moacyr (2007). História do conceito de saúde. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 17(1), 29-41. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312007000100003>

Souza, Diego de Oliveira (2016). A saúde na perspectiva da ontologia do ser social. *Trabalho, Educação e Saúde*, 14(2), 337-354. <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00009>

Souza, Diego de Oliveira (2020). O caráter ontológico da determinação social da saúde. *Serviço Social & Sociedade*, 137, 174-191. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.207>

Souza, Diego de Oliveira & Mendonça, Hugo Pereira Farias (2017). Trabalho, ser social e cuidado em saúde. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 21(62), 543-552. <https://doi.org/10.1590/1807-57622016.0482>

Souza, Kátia Reis de, Rodrigues, Andréa Maria Silveira, Fernandez, Vanessa Stroppa, & Bonfatti, R. J. (2017). A categoria saúde na perspectiva da saúde do trabalhador. *Saúde em Debate*, 41(nspe.2), 254-263. <https://doi.org/10.1590/0103-11042017s221>

Histórico	<i>Submissão: 21/10/2025</i> <i>Revisão: 14/02/2026</i> <i>Aceite: 20/02/2026</i>
Editor científico	<i>Dr. Breno de Oliveira Ferreira</i>
Contribuição dos autores	<i>Conceitualização: GPM; DRC</i> <i>Curadoria de dados: GPM</i> <i>Análise formal: GPM</i> <i>Investigação: GPM; DRC</i> <i>Metodologia: GPM</i> <i>Escrita original: GPM; DRC</i> <i>Escrita - revisão e edição: GPM; DRC; JTRF</i>
Financiamento	<i>Este trabalho contou com apoio de bolsas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) concedidas a GPM e DRC.</i>
Consentimento de uso de imagem	<i>Não se aplica</i>
Aprovação, ética e consentimento	<i>Não se aplica</i>
Disponibilidade de dados	<i>Não se aplica</i>